



**AO JUÍZO DA 2ª VARA ESTADUAL DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO
JUDICIAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DO FORO CENTRAL
DE CURITIBA – PR:**

Autos n.º 0031712-62.2025.8.16.0017

CREDIBILITÄ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL E SERVIÇOS LTDA.,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 26.649.263/0001-10,
com sede em Curitiba, no endereço constante no rodapé, representada por seu
sócio e advogado, Dr. Alexandre Correa Nasser de Melo, OAB/PR n.º 38.515,
nomeada perita nos autos de Recuperação Judicial supracitados, em que são
Requerentes **JOÃO CARLOS FIORESE**, doravante **JOÃO CARLOS**, **AIDA
CRISTINA SARTOR FIORESE**, doravante **AIDA**, **GUILHERME MATHEUS
FIORESE**, doravante **GUILHERME**, **GABRIELA SARTOR FIORESE**, doravante
GABRIELA, **TARCISIO SARTOR**, doravante **TARCISIO**, **LUIZ ANTONIO
FIORESE**, doravante **LUIZ ANTONIO**, **FAZENDA ONÇA PARDA LTDA.**,
doravante **FAZENDA ONÇA PARDA e AGROPECUÁRIA FIORESE LTDA.**,
doravante **FIORESE**, denominados “**GRUPO FIORESE**”, vem, respeitosamente, à
presença de Vossa Excelência, em atenção à r. decisão de mov. 24.1, manifestar-
se nos termos a seguir.

I – BREVE SÍNTESE

Trata-se de pedido de recuperação judicial ajuizado por **JOÃO
CARLOS FIORESE**, **AIDA CRISTINA SARTOR FIORESE**, **GUILHERME
MATHEUS FIORESE**, **GABRIELA SARTOR FIORESE**, **TARCISIO SARTOR**, **LUIZ
ANTONIO FIORESE**, **FAZENDA ONÇA PARDA LTDA.** e **AGROPECUÁRIA
FIORESE LTDA.**



O d. Juízo determinou a realização de constatação prévia e a Perita apresentou o laudo, no qual apresentou suas considerações sobre: *i)* o real funcionamento das empresas, *ii)* o preenchimento dos requisitos para o processamento da recuperação judicial; *iii)* a competência do juízo para processar o pedido, *iv)* a consolidação processual e substancial requerida, *v)* a essencialidade dos bens, *vi)* o pedido de conciliação/mediação extrajudicial e *vii)* os pedidos de tutela de urgência (vedação do vencimento antecipado e manutenção dos contratos de licenciamento e acesso às plataformas tecnológicas).

A perita constatou o regular funcionamento das atividades empresariais dos Requerentes e o preenchimento quase integral dos requisitos exigidos pelos art. 48 e 51 da Lei 11.101/2005 em relação às empresas e a cinco produtores rurais indicados na inicial. Quanto ao processamento do pedido, opinou pelo deferimento do processamento do pedido em relação às empresas (FAZENDA ONÇA PARDA e FIORESE) e a cinco produtores (JOAO CARLOS, AIDA, GUILHERME, GABRIELA e TARCÍSIO), apontando os documentos remanescentes e a necessidade de posterior emenda à inicial. Opinou, quanto ao produtor rural, LUIZ ANTONIO pelo indeferimento do processamento da recuperação judicial, por ausência de comprovação do art. 48 (caput e §§ 2º–5º), sem prejuízo de nova análise caso sejam apresentados os documentos faltantes.

Sobreveio a r. decisão de mov. 24.1, na qual o Juízo entendeu pela necessidade de emenda prévia, dentre outras determinações, determinando, após, a intimação da Perita para, no prazo de 5 dias, elaborar laudo complementar.

Os Requerente apresentaram emenda à inicial nos sequenciais 25, 26 e 27. Ciente dos documentos apresentados, passa a Perita a manifestar-se.

II – ALTERAÇÃO DA COMPETÊNCIA



Considerando o teor da RESOLUÇÃO Nº 516/OE, de 13 de outubro de 2025, na forma do art. 5º, os processos que tramitavam perante a 3ª Vara Cível e Empresarial Regional do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá passaram a ser de competência da 28ª Vara Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, ora denominada 2ª Vara Estadual Empresarial, de Falências e Recuperação Judicial e Arbitragem, em vigor 60 dias após a sua publicação.

Diante do teor da Resolução acima citada, o feito foi corretamente redistribuído e passou a tramitar perante e esse d. Juízo.

II – EMENDA À INICIAL – PROCESSAMENTO DO PEDIDO

Após a decisão do mov. 24.1, os Requerentes apresentaram emendas à inicial nos movimentos 25, 26 e 27, e a Perita constatou que a AGROPECUÁRIA FIORESE LTDA. (CNPJ n.º 01.710.374/0001-63); FAZENDA ONÇA PARDA LTDA. (CNPJ n.º 48.794.796/0001-28); JOÃO CARLOS FIORESE (CPF/MF n.º 414.220.319-34); GABRIELA SARTOR FIORESE (CPF/MF n.º 061.494.599-26) e GUILHERME MATHEUS FIORESE (CPF/MF n.º 044.494.889-97) todos os documentos foram apresentados opinando pelo **deferimento do processamento do pedido, em consolidação substancial**.

Quanto à AIDA CRISTINA SARTOR FIORESE (CPF/MF n.º 443.403.110-49) - mov. 1.36, mov. 1.38, mov. 1.41 -, foram apresentadas as declarações de entrega dos livros caixas, mas eles não foram juntados. Opina pelo **deferimento do pedido**, com a determinação de nova emenda para apresentação do livro completo. **Subsidiariamente**, caso não seja esse o entendimento do Juízo, opina pelo indeferimento do pedido, com a exclusão dele e dos créditos correspondentes da lista de credores.



Quanto a TARCÍSIO SARTOR (CPF/MF n.º 003.493.309-30), verifica-se no laudo anexo que ele deixou de apresentar o livro caixa de forma analítica, com detalhamento das entradas e saídas. Opina pelo **deferimento do pedido**, com a determinação de nova emenda para apresentação do livro completo. **Subsidiariamente**, caso não seja esse o entendimento do Juízo, opina pelo indeferimento do pedido, com a exclusão dele e dos créditos correspondentes da lista de credores.

Quanto a LUIZ ANTONIO FIORESE (CPF/MF n.º 517.920.959-53), não foi demonstrada a atividade há mais de dois anos, não foi apresentada a certidão de protestos da comarca de Iretama/PR (art. 51, VIII); e os livros da atividade rural de forma analítica, com detalhamento das entradas e saídas.

A necessidade de comprovação de atividade rural há mais de dois anos é requisito legal e não há atividade comprovada em 2023, nos termos do art. 48, caput e §4º, da Lei 11.101/2005.

É necessário anotar que na petição de emenda, LUIZ ANTONIO alega que não houve produção rural em 2023 em razão da crise em sua atividade. Alguns pontos merecem consideração. Verifica-se, inicialmente, que ele possui cadastro no Sintegra desde 07/2008, conforme documento do mov. 25.18, cuja imagem segue abaixo:

IDENTIFICAÇÃO		Cadastro atualizado até a data da consulta		Data/Hora Host CELEPAR 15/12/2025 - 19:12:32	
CAD/PRO:	95220370-33	DRR:	11ª		
Início das Atividades:	07/2008				
Situação Atual:	NÃO HABILITADO - DESDE 12/2024				
Situação Cadastral:	BAIXADO - DESDE 12/2024				
Aplicativo NFP-e:	Não Autorizado				
Obrigado a NFP-e (*1)	A partir de 03/02/2025				

*1 - Obrigado a emissão da NFP-e nas operações interestaduais e de comércio exterior, conforme NPF 031/2015.

PRODUTORES	
Titular do Cadastro:	LUIZ ANTONIO FIORESE
Associados:	Este produtor não possui associado à produção.



Seria, portanto, possível a ausência da produção rural em razão de crise, mas não há comprovação efetiva de atividade anterior, em que pese o cadastro acima citado.

Anota-se, ainda, que no ano de 2025 foram apresentadas notas fiscais no mov. 27.6, que comprovariam a atividade de dois anos se considerado os anos de 2024 e 2025.

Por fim, há nítida confusão patrimonial e atividades interligadas entre as empresas e os produtores rurais, o que possibilitaria ser considerado o grupo econômico como um todo, autorizando-se seja relevada a comprovação da atividade de 2023 nesse caso.

Diante de todos esses fatos, opina, inicialmente, pelo **indeferimento do pedido**, com a exclusão dele da lista de credores e necessidade de intimação para a retificação da lista sem suas dívidas relacionados.

Subsidiariamente, em razão das considerações acima, opina pelo deferimento do processamento do pedido em relação a ele, em razão da consolidação substancial e de prova de atividade no final de 2025.

IV – ESSENCIALIDADE DOS BENS NÃO VISTORIADOS

A r. decisão de mov. 13.1 determinou a intimação desta Perita para apresentação do laudo de constatação prévia, abrangendo a essencialidade dos bens alegada pelos Requerentes, previamente ao deferimento da recuperação judicial.



O Laudo de Constatação Prévia do mov. 22, apontou os bens considerados essenciais, ocasião em que vistoriou a maior parte dos bens listados no mov. 1.44 a 1.51.

Com exceção das matrículas n.º 36025, 24010, 11804, 126686 e 43216, foi constatada a essencialidade de todos os demais imóveis indicados pelos Requerentes.

Considerando a natureza agrícola da atividade dos Requerentes, também restou inconteste a essencialidade dos bens de produto (sementes) e semoventes (animais), conforme demonstrado pelos documentos acostados nos mov. 1.51, 1.50, 1.49, 1.48, 1.47 e 1.46

No que diz respeito aos veículos e maquinários listados no mov. 1.44, em sua visita técnica, esta Perita localizou 115 dos 231 bens móveis listados pelos Requerentes, opinando pela essencialidade destes.

Todavia, em sede de emenda à inicial (mov.25.10), os Requerentes pleitearam o reconhecimento da essencialidade do Imóvel sob Matrícula n.º 2477 do Registro de Imóveis de Iretama/PR (mov. 25.11), bem como colacionaram planilha de imobilizado (mov. 25.10), a qual contém foto dos bens móveis não identificados por esta Perita em sua vistoria inicial.

Desse modo, a Perita nomeada esclarece que essencialidade desses novos bens móveis e imóvel indicados no mov. 25.11 e 25.10 dependem de vistoria a ser realizada presencialmente, não sendo possível a conferência por meio das fotos e alegações dos Requerentes. Opina, pois, seja considerado o laudo inicial acerca da essencialidade, e que seja concedido prazo de cinco dias para nova vistoria *in loco* dos bens apresentados na emenda.



III – CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, essa Perita requer a apresentação do Laudo Complementar de Constatação Prévia, opinando:

i) em relação a AGROPECUÁRIA FIORESE LTDA. (CNPJ n.º 01.710.374/0001-63); FAZENDA ONÇA PARDA LTDA. (CNPJ n.º 48.794.796/0001-28); JOÃO CARLOS FIORESE (CPF/MF n.º 414.220.319-34); GABRIELA SARTOR FIORESE (CPF/MF n.º 061.494.599-26) e GUILHERME MATHEUS FIORESE (CPF/MF n.º 044.494.889-97) todos os documentos foram apresentados pelo **deferimento do processamento do pedido, em consolidação processual e substancial**;

ii) em relação à AIDA CRISTINA SARTOR FIORESE (CPF/MF n.º 443.403.110-49) - mov. 1.36, mov. 1.38, mov. 1.41 -, foram apresentadas as declarações de entrega dos livros caixas, mas eles não foram juntados. Opina pelo **deferimento do pedido**, com a determinação de nova emenda para apresentação do livro completo. **Subsidiariamente**, caso não seja esse o entendimento do Juízo, opina pelo indeferimento do pedido, com a exclusão dele e dos créditos correspondentes da lista de credores;

ii) em relação a TARCÍSIO SARTOR (CPF/MF n.º 003.493.309-30), que deixou de apresentar o livro caixa de forma analítica, com detalhamento das entradas e saídas, opina pelo **deferimento do pedido**, com a determinação de nova emenda para apresentação do livro completo;

ii.i) subsidiariamente, quanto a TARCÍSIO, pelo indeferimento do pedido, com a exclusão dele e dos créditos da lista de credores.

iii) quanto a LUIZ ANTONIO FIORESE (CPF/MF n.º 517.920.959-53), não foi demonstrada a atividade há mais de dois anos, não foi apresentada a



certidão de protestos da comarca de Iretama/PR (art. 51, VIII); e os livros da atividade rural de forma analítica, com detalhamento das entradas e saídas, opinado pelo **indeferimento do pedido**, com a exclusão dele da lista de credores e a necessária retificação da lista apresentada, excluindo-se os créditos a ele relacionados;

iii.i) subsidiariamente, quanto a LUIZ ANTONIO, opina pelo deferimento em razão da consolidação substancial e de prova de atividade no final de 2025;

iv) quanto à essencialidade dos bens, reitera o constante no laudo do mov. 22.1, requerendo seja concedido cinco dias para verificação *in loco* dos bens indicados na emenda do mov. 25.1;

v) mantêm-se as demais considerações da petição e do laudo do mov. 22.1, no que não foi ora complementado.

Fica à disposição do Juízo e dos credores para prestar quaisquer informações complementares que se fizerem necessárias.

Nestes termos, requer deferimento.

Maringá, 15 de janeiro de 2026.

Alexandre Correa Nasser de Melo
OAB/PR 38.515

Ricardo Andraus
OAB/PR 31.177

